

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### PROCESSOS DE TERRAS \*

SÍDNEI AGOSTINHO BENETI

SUMÁRIO: I — *A jurisdição de terras* — 1. O sentido prático da palestra. 2. Preparação do juiz para as “questões de terras”. 3. A simplicidade atual das questões de terras. 4. A singeleza das sentenças. 5. Fichários e arquivos de trabalho. 6. Necessidade de rapidez do processo. 7. A importância da perícia. 8. Os escreventes e os oficiais de justiça. 9. Ordenar e fiscalizar o cumprimento das ordens. 10. O juiz não é parte. 11. O agir sob pressão. 12. Encadeamento dos atos processuais. 13. Espécies de possessórias. 14. Adequação do trabalho à espécie de possessória. II — *O processo possessório* — 15. Petição inicial. 16. Cumulação de pedidos. 17. Delimitação da área. 18. Área pedida e área provada. 19. Citação das partes. 20. Liminar em esbulho violento. 21. Audiência de justificação de posse. 22. A manutenção do *statu quo*. 23. Mapas e croquis no cumprimento das liminares. 24. A cisão da liminar. 25. Chamamento das partes. 26. Processos incidentais. 27. Despachos com resumos. 28. Harmonização dos processos conexos. 29. Exclusões do feito. 30. O enigma da legitimidade de parte. 31. Nomeação de perito. 32. Necessidade de correr a área e o perímetro. 33. Solução processo por processo. 34. Depósito de honorários periciais. 35. Recebimento de honorários nos autos. 36. Valor probatório da perícia. 37. O perímetro em usucapiões e retificações de área. 38. A tranqüilidade na perícia. 39. Designação de audiência. 40. Não intimação de assistentes técnicos. 41. Devolução de autos. 42. Depoimento pessoal. 43. Críticas de assistentes. 44. Tentativas de adiamento de audiência. 45. Não interrupção de audiências. 46. Conhecimento do processo. 47. Citações na sentença. 48. Análise dos fatos. 49. Áreas inundadas. 50. Áreas encravadas. 51. Dispositivo da sentença de vários processos. 52. Juízo dúplice. 53. Subsistência ou cassação da liminar. 54. Benfeitorias. 55. Execução de sentença. III — *Questões processuais* — 56. Enfoque geral. 57. Intervenção da mulher. 58. Denúnciação da lide. 59. Reconvenção. 60. Oposição. 61. Embargos de terceiros. 62. Usucapião. 63. Exceção de domínio. 64. Incidentes de falsidade. 65. Férias forenses. 66. Valor da causa. 67. Recurso de liminar. 68. Cassação da liminar. 69. Procedimento sumaríssimo. 70. Contestação antes da justificação. 71. Citação para justificação. 72. Possessórias contra o poder público. IV — *Encerramento* — 73. Não atrasar processos. 74. Papel social do juiz.

### Apresentação

Em recente Encontro de Corregedores Gerais, realizado em Campo Grande, a bela Capital de Mato Grosso do Sul, tive oportunidade de expor, a pedido de

\* Palestra aos Juízes Substitutos e de Investidura Temporária aprovados no 149.º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo. Auditório do Tribunal do Júri, Palácio da Justiça, 22 de fevereiro de 1984 e 14 de março de 1984. O autor agradece ao Dr. Theotônio Negrão, a quem deve a honra da leitura e verdadeira revisão do texto.



alguns colegas, o que se tem feito no Estado de São Paulo para acompanhar os primeiros passos, na magistratura, dos juízes substitutos ainda em estágio probatório. Conteí-lhes alguma coisa a respeito do notável e desinteressado trabalho que entre nós vêm realizando colegas de grande espírito público, como o Des. Geraldo Amaral Arruda e o Dr. Sidnei Agostinho Beneti. E pude, com satisfação, avaliar o interesse que a matéria de minha exposição suscitou pelos numerosos pedidos de encaminhamento aos diversos Tribunais de Justiça, de mais notícias e dados a respeito dessa nossa vitoriosa experiência.

Na verdade, ela honra a Magistratura paulista e desvela o cuidado que temos com a renovação de nossos quadros profissionais.

Foi, portanto, com o júbilo de velho juiz e o reconhecimento de quem, no momento, exerce cargo na administração de nosso Tribunal que aceitei escrever algumas palavras de introdução à notável palestra que o Dr. Sidnei Agostinho Beneti dirigiu aos Juízes Substitutos e de Investidura Temporária aprovados no 149.º Concurso de Ingresso à Magistratura do Estado de São Paulo.

A definição, tantas vezes repetida, de que o estilo é o homem, encontra, no caso, outra confirmação de seu acerto. Versando sobre temas, por vezes os mais variados e complexos, consegue o Dr. Beneti manter sempre presa a seu translúcido e agradável raciocínio a atenção dos ouvintes. As palavras que usa são atuais e diretas. Evita, apesar do excelente cabedal jurídico que todos lhe reconhecem, ostentação de saber e citações dispensáveis.

Por isso mesmo o que escreve é de imediata utilidade para aqueles a quem se dirige. Súmula de sua vivência como magistrado exemplar que, ademais, tem o dom de retratar com maestria episódios de sua experiente judicatura.

Tenho certeza de que concordará comigo, em gênero, número e grau, quem tiver oportunidade de ler esta palestra, aula despretensiosa, mas completa, prática e segura sobre os "Processos de Terras" ou, mais particularmente, sobre as questões possessórias.

Nela o juiz principiante e esforçado encontrará, por certo, valiosos subsídios para se orientar nas hipóteses e dificuldades mais variadas.

Ao congratular-me com o Dr. Beneti, formulo votos para que outros trabalhos, tão úteis como este, se multipliquem para proveito da jovem e promissora Magistratura paulista.

São Paulo, 7 de novembro de 1984.

Des. MARCOS NOGUEIRA GARCEZ  
Corregedor Geral da Justiça

## I — A jurisdição de terras

### 1. *O sentido prático da palestra*

Neste ciclo de palestras preparado pelo Tribunal de Justiça para vocês — permitam-me tratá-los informalmente a despeito da solenidade deste local e da intrínseca solenidade de toda reunião de magistrados — cabe-me falar sobre posse e ações possessórias.

Pensando a respeito do tema, imaginei que não teria sentido vir fazer uma dissertação teórica ou jurisprudencial sobre o assunto. Se o fizesse, no mínimo estaria insultando o conhecimento de vocês e a competência indiscutível da banca



que os aprovou no concurso de ingresso. O assunto em tese é perfeitamente sabido de vocês, de forma que vou aqui fazer algumas referências a respeito da conduta prática, do tratamento processual no dia-a-dia das questões possessórias, o que parece a mim, um juiz, mais adequado.

Essa conduta processual deriva exclusivamente de minha experiência e da dos colegas que me orientaram na matéria no decorrer da carreira. Essa experiência pessoal me levou à observação do que me parece mais importante a todo juiz iniciante a propósito das ações possessórias.

## 2. *Preparação do juiz para as “questões de terras”*

Fala-se muito em “questões de terras”, em comarcas que são impossíveis de controlar devido a elas. Na assessoria da Corregedoria Geral da Justiça por dois anos e da Presidência, a que retorno depois de um ano de trabalho anterior ao prestado à Corregedoria, vivemos em contacto com colegas que se lastimam e choram as mágoas por causa das questões de terras que encontram nas comarcas.

Pensando bem, as questões de terras não são absolutamente as mais difíceis que enfrentamos, não são de complexidade comparável à das questões societárias e não têm a relevância, atualmente, de investigação científica que as questões de direito público, p. ex., evidenciam. As questões de terras estão já bem desbastadas pela doutrina e pela jurisprudência; herdamos, nelas, precioso produto do valor jurídico de nossos antecessores que puseram em prática o Código Civil em 1916, ainda não alterado, e o Código de Processo Civil de 1939, substancialmente seguido pelo Código de Processo de 1973 no tocante ao assunto. As questões de terras não têm hoje em dia muita coisa para deixar perplexo o Magistrado aplicado, ou para assustá-lo, afastando-o da decisão.

Fala-se que essas questões são insolúveis. Mas elas, na verdade, apenas são insolucionadas em muitas comarcas, porque nestas, nas condições do Estado de São Paulo, simplesmente não terá havido Magistrados que tenham permanecido tempo razoável e que tenham aplicadamente trabalhado por solucioná-las. Sabemos que elas vêm sendo empurradas, vêm passando de mão em mão, nessa séria distorção judiciária que é a prolação de algum despacho para devolver o processo de qualquer jeito ao cartório. Sem conduta processual definida, sem estratégia traçada, sem estudo necessário a terminar processos de maior expressão.

As questões de terras, como quaisquer outras questões, precisam de preparação do juiz. É preciso que o juiz, ao chegar à comarca em que haja muitos problemas fundiários, aprofunde pesquisas e se torne senhor do assunto. Não tem sentido o juiz assumir uma comarca como Iguape, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, Registro e tantas outras e chegar a ela sem preparo psicológico e jurídico, com cara e coragem somente, como se estivesse a passeio. Tem de ir com toda a preparação, que não é nada mais nada menos que pesquisa da doutrina e da jurisprudência que regem as questões de terras, para cuja realização não são necessários mais que dois ou três dias — um fim de semana voltado à adequação à jurisdição.

## 3. *A simplicidade atual das questões de terras*

Já disse que essa matéria, do ponto-de-vista jurídico, não tem a complexidade atual de questões societárias, tributárias, de direito público. Não tem, mas já teve.





Hoje em dia não tem porque já está tudo assentado; de modo geral não há nessa matéria grandes teses novas e esse é o trunfo que o juiz tem para trabalhar nessas questões. Deve assenhorear-se, ler toda a doutrina levantar os clássicos especialistas do assunto, Lafayette, Sá Pereira, Tito Fulgêncio, e os modernos, Washington de Barros Monteiro, Orlando Gomes, Caio Mário e tantos outros. E, acima de tudo, analisar toda a jurisprudência, partindo dos índices de repertórios jurisprudenciais, selecionando os verbetes que interessem. Se o juiz fizer essa pesquisa, chegará a uma jurisdição de terras tranqüila.

#### 4. *A singeleza das sentenças*

Nas sentenças não será necessário, em regra, citar nada disso, porque as questões fundiárias são basicamente problemas de fato, sobre tudo nas ações possessórias e de usucapião.

É preciso saber a doutrina, é preciso saber a jurisprudência, para não sair dos trilhos na condução do processo e, mesmo, para não desvendar às partes e aos advogados que o juiz não conhece a matéria, que ali está um improvisador, como o artista que entra em cena sem saber o "script"; que é um juiz que, infelizmente, não conhece o processo que se propõe a julgar, produzindo entre os interessados o mesmo efeito do conhecimento de que o comandante da aeronave em que se está não conhece os instrumentos do aparelho, a rota do vôo, não sabe pilotar.

É preciso conhecer a matéria, mas não é preciso, e isso me parece bem claro, não é preciso expor demais essa matéria na sentença, transcrevendo doutrina e jurisprudência mais que sabidas. Não é preciso transcrever Lafayette, Clóvis Beviláqua e Washington de Barros Monteiro, como às vezes se vê em sentenças obesas pelo excesso de texto. Transcrever para quem? Para os julgadores da 2.<sup>a</sup> instância? Estes já sabem esses textos de cor!

No tempo em que trabalhava em Varas em que havia muitas questões de terras, como minha jurisdição de São Bernardo do Campo, em momento em que a abertura da Rodovia dos Imigrantes acirrava as questões fundiárias, a competência recursal para as ações de terras era do Tribunal de Justiça. Como iria eu fazer citações que os Desembargadores, com várias décadas de exercício da Magistratura, não conhecessem? Hoje em dia a competência recursal das possessórias, tanto as típicas como as atípicas, é do 1.<sup>o</sup> Tribunal de Alçada Civil, exceto quanto a comodato, que pertence ao 2.<sup>o</sup> Tribunal de Alçada Civil. Esses Tribunais são compostos de juízes de grande experiência em questões possessórias, profissionais constantemente atualizados. Não há necessidade de fazer esse aparente "show" de citações, pois eles têm olhos para saber que a pessoa sabe, a despeito de não fazer citações, e também que a pessoa não sabe, apesar de haver transcrito toda a biblioteca.

#### 5. *Fichários e arquivos de trabalho*

A preparação, portanto, para jurisdição fundiária, é imprescindível. É preciso levar consigo um fichário, um arquivo com todos os verbetes principais da doutrina e jurisprudência de interesse para possessórias e outras ações de terras.

Evidentemente, pode-se citá-las no caso de ser importante dar uma satisfação maior à parte. Às vezes há necessidade de demonstrar maior aplicação ao caso para as partes, para os advogados não bem familiarizados com as questões



de terras. É interessante o juiz ter um arquivo que em qualquer situação possa manusear para dar andamento rápido e seguro ao processo.

#### 6. *Necessidade de rapidez do processo*

E aqui está um ponto básico nas questões de terras: o processo tem de andar, não pode parar. Não pode demorar, é preciso andar depressa, é preciso o juiz estar aparelhado como uma pessoa que chega a uma cidade e sabe aonde quer ir, conhece os caminhos, o que é mais acidentado, o que tem de evitar.

O juiz tem de conhecer o campo para andar celeremente com as questões de terras, porque são processos em que, se há alguma vacilação, alguma demora, os incidentes processuais se acumulam.

As partes não param, como se estivessem “brincando de estátua”, quando têm um processo em juízo. Elas continuam vivendo; a vida delas não pode ser paralisada para esperar que o juiz decida. Vão agir em função dos seus interesses e vão criar situações novas. Se o processo demorar, haverá muitas situações novas, que gerarão incidentes processuais.

É preciso fazer o processo andar, como todos os processos, aliás, mas, a meu ver, nesses é mais importante uma dedicação especial, com o intuito de fazê-los andar depressa, de tal maneira que, quando as partes, passado aquele momento do ajuizamento em que ficam meio perplexas e agem efetivamente respeitando o processo, passarem a tentar o agir fático desvinculado do processo, já o encontrem julgado, ou, ao menos, com os elementos fixados para julgamento, não mais podendo influenciá-los ou alterá-los.

#### 7. *A importância da perícia*

Como é que se asseguram os elementos fáticos em questões de terras? Asseguram-se chegando à perícia, se houver necessidade, ou à audiência, porque sempre haverá necessidade de audiência para um processo desses, que terminar com julgamento de mérito. A primeira batalha do juiz é levar o processo até a perícia, superada a questão liminar. A perícia é praticamente a mãe da questão fática. Todas as pessoas acompanham o perito, a partir de cuja atuação o juiz passa a ter alguém que vai levantar realmente a área e trazer elementos para solucionar em definitivo o problema.

#### 8. *Os escreventes e os oficiais de justiça*

Numa jurisdição de terras também é importante a preparação referente ao pessoal do Cartório e aos oficiais de justiça.

Os funcionários do Cartório são os auxiliares do juiz, são também a *longa manus* do juiz, como se diz dos oficiais de justiça. Na verdade, todos são o próprio juiz; não só o oficial de justiça, chamado de “juiz na rua”, mas também o escrevente, é, em muitos momentos, o juiz. Todos desempenham funções auxiliares que, no início das civilizações que floresceram para o Direito, eram executadas pelo próprio juiz: alguém levava tudo o de que dispunha como prova para o juiz, todos os documentos, fossem papiros, pranchas com escrita cuneiforme etc., tudo aquilo devia ser levado para o juiz, que ficava com tudo, examinava, julgava. Provavelmente, os primeiros cartórios surgiram quando alguns juízes perderam a coleção de alguém; e surgiu então a necessidade de pessoas preparadas para este trabalho.



Todos os funcionários são *longa manus* do juiz. Devem ser preparados pelo juiz como este se prepara a si próprio. Têm de saber que há dedicação pessoal do juiz em fazer andar os processos; têm de saber que, se não for expedido imediatamente o mandado, vai haver problema correccional sério; o oficial de justiça tem de saber que o juiz sabe que ele tem aquele mandado para ser cumprido lá no Sítio das Mutucas ou em outro lugar, que tem de cumprir aquele mandado porque o juiz vai cobrá-lo, porque quanto mais depressa for cumprido o mandado, mais rapidamente vai ser dirimida a situação e menos problemas surgirão.

#### 9. Ordenar e fiscalizar o cumprimento das ordens

O bom profissional é o que ordena e fiscaliza. Não adianta dar ordens no vazio; é preciso fiscalizar o cumprimento das ordens.

Também é bom o juiz se imbuir de um sentido de trabalho, é bom ver o que fazer relativamente aos advogados e às partes. Acho que o melhor tratamento para com os advogados e as partes é o tratamento legal nos autos. Eles ganham ou perdem nos autos. Não se deve dar ouvidos a conversas, ter preocupação excessiva com as condutas e falatórios extra-autos.

Sabemos que, evidentemente, existe o “grileiro” da região e há os que vão trabalhar a favor dele, há advogados que patrocinarão seus interesses. Mas não se pode chegar à discriminação física, escorraçando-os da sala de audiências, tentando insultá-los ou humilhá-los, fazendo alarde para a população.

O juiz deve reservar a todos tratamento cortês e imparcial, até o momento de dizer, também cortês e imparcialmente, nos autos. Porque, se houver alguma discriminação a alguém, parte ou advogado, esse alguém será o maior interessado em criar tumulto processual. Uma das maneiras de criar um bom tumulto processual é provocar o choque com o juiz. O juiz deve flanquear o choque.

#### 10. O juiz não é parte

Como em toda a sua conduta profissional, também nas questões de terras o juiz não é parte, não é titular do interesse, não é dono de nada, não está envolvido no litígio, é uma pessoa de fora, é mais ou menos como um cidadão novo naquela cidade que venha a saber de tudo por intermédio do processo; no tocante aos interesses em litígio, é como se fosse um marciano chegando à terra, é uma pessoa que caiu do céu para aquele litígio, sem se envolver, sem conhecimento pessoal e sem se confrontar com nenhuma das partes.

Em suma, na jurisdição de terras, como em toda jurisdição, aliás, não se combate fora dos autos — é dentro dos autos, dirigindo o processo, que o juiz resolve as questões.

#### 11. O agir sob pressão

Também é muito importante que os juízes estejam acostumados a agir sob pressão.

O juiz não é Vestal do Templo, que possa imaginar que terá tempo para meditar a noite inteira para chegar ao dia seguinte e encontrar as matérias programadas com pauta. O juiz não é pessoa resguardada, escondida como os pretensos heróis que só aparecem na marcha triunfal da vitória. Não é um profissional destinado somente a questões fáceis, a desquites amigáveis e a ações de despejo contra revéis; é destinado à luta. Tem de estar acostumado, preparado para decidir sob pressão, sob o fogo cruzado mesmo.



Acho até que é infeliz o juiz que nunca se viu nessa situação, porque ele se terá portado em todas as jurisdições mais ou menos como aquela pessoa que recusou todos os combates, passou pela vida e não viveu. Será um artista da arte da fuga. Seria interessante verificar todos os processos que passaram por esse juiz, para ver se todas as questões foram mesmo examinadas. O juiz tem de fazer justiça nos casos mais simples e também nos mais complicados. Se fosse para trabalhar só nos fáceis, bastaria um chancelador qualquer, não seria preciso um juiz.

### 12. *Encadeamento dos atos processuais*

Zelar pela rápida solução do litígio é um dos deveres do juiz que constam do CC, art. 125, II.

Uma vez tive oportunidade, logo após ser promovido para o ABC, de convidar o Prof. Alfredo Buzaid para proferir palestra aos Juízes e Promotores do ABC a respeito do recém-promulgado Código de Processo. Ele estava preocupado com a atuação do juiz, com as noções relativas aos poderes e deveres do juiz, que entendia serem questões de capital importância para o processo, de modo que desejava fixar nesse assunto o tema da palestra. Vejam a importância do assunto.

Para manter a celeridade, é preciso manter encadeamento total dos atos, de tal forma que para todos os atos haja uma antevisão, que o andamento processual já esteja montado, que o ato seja claro componente de uma engrenagem no mecanismo completo.

Manter esse encadeamento dos atos também é uma obrigação do juiz, que consta do art. 125 do CPC. Neste está escrito que o processo se inicia por iniciativa particular, mas se desenvolve por impulso oficial. O juiz só não pode começar o processo; tudo o mais deve ele fazer para terminá-lo. Ele não é um colecionador que vai colocando no cartório um monte de papéis, no aguardo de que as partes os desenlacem ou à espera de que um incêndio resolva os problemas jurisdicionais. O juiz tem o dever de fazer com que o processo caminhe e termine e é aquinhado pela lei processual com poderes para isso.

### 13. *Espécies de possessórias*

Antes de fazer observações a respeito dessa conduta em cada uma das passagens das ações possessórias, desejo fazer uma observação com relação às espécies dessas possessórias.

É preciso distinguir, para preparar a postura judicial, o tipo de possessória, porque o termo engloba várias espécies de ações. Há cautelas e cautelas que têm de ser tomadas com relação às possessórias dependendo do tipo. Quando se fala em questões de terras, geralmente a referência se dirige a reivindicatórias, possessórias, divisórias e demarcatórias ou usucapiões de glebas rurais, de glebas grandes, que são difíceis. Mas há questões possessórias pequenas, como a do zelador que não desocupou o apartamento do prédio depois de despedido (cumprido o contrato de trabalho de prestação de serviço, não há mais legitimidade para aquela posse — cabe possessória perfeitamente, com liminar, não se vai fazer o prédio abrigar o zelador despedido). Essas ações são fáceis.

### 14. *Adequação do trabalho à espécie de possessória*

Há várias espécies de questões possessórias. Nas pequenas se pode ir com facilidade, não deve haver especial preocupação com a condução do processo. O



fôlego deve ser reservado para as grandes ações possessórias, e grande parte das observações que faço é relativa às questões possessórias de grande vulto, às questões fundiárias, às de atentado, vizinhança, demarcatórias, usucapiões, divisórias; às referentes a posseiros etc.

Com relação aos processos é preciso seguir o refrão de “Um Certo Capitão Rodrigo”, de Érico Veríssimo: “Nos pequenos, dou de prancha e nos grandes dou de talho”. Os pequenos processos vão sendo tocados; precisamos reservar nossas forças para enfrentar com decisão, com ímpeto, mostrando realmente que o juiz manda na jurisdição, as questões difíceis; as outras vão pela força do vácuo das maiores.

## II — O processo possessório

### 15. *Petição inicial*

A petição inicial nas ações possessórias, possui algumas peculiaridades, alguns pontos para os quais o juiz tem de atentar, algumas coisas que ele tem de levar em consideração e não deixar passar. É necessário verificar a viabilidade da petição, a idoneidade da peça a produzir o efeito de instalar a demanda.

A inicial deve dizer qual a causa de pedir e qual o pedido; declarar quais são as partes. O Tribunal já declarou, em acórdão relatado pelo Des. Sydney Sanches (RT 514/70), ser inviável possessória em que não havia o nome do réu. Não se pode admitir uma possessória que declare que está instalado no local um cidadão bronco de bom tamanho que expulsa todo mundo de lá. Até para constar do Cartório Distribuidor é preciso que as partes estejam bem caracterizadas.

É preciso também que os elementos fáticos estejam muito claros. É preciso saber até onde vai a possessória, qual é a área. Muitas possessórias são ligadas à chicana e há chicana instalada na imprecisão da área.

A petição diz que havia um caseiro cuja casa foi derrubada, juntam-se fotografias da casa derrubada etc. Pois bem: de onde vem e até onde vai essa área? Se for expedido mandado liminar com base nessa alegação imprecisa, o oficial de justiça vai ficar igual a um navegante antigo à procura de porto, nas mãos dos advogados que o conduzirão, que vão ficar indo com esse oficial até onde for possível andar, provocando o fenômeno do alastramento da liminar, que certamente prejudicará terceiros.

É preciso fazer dizer claramente o que se quer. Para fazer dizer claramente o que se quer quanto à área de posse é muito fácil: é só mandar juntar um mapa ou croqui recente. Nunca prossegui, depois que percebi isso, evidentemente, uma ação atinente a posse, reivindicação ou usucapião, sem haver um croqui ou mapa recente fornecido pelo autor esclarecendo a pretensão, de forma que, não havendo essa visualização da posse pretendida, mando emendar a inicial com base no art. 284, acrescentando esse elemento.

Nunca houve ninguém que se rebelasse contra a determinação e, se houvesse, julgaria extinto o processo por não ter sido atendido um requisito essencial, que é a caracterização muito boa daquilo que o autor quer.

### 16. *Cumulação de pedidos*

Sabemos que as possessórias podem cumular pedido de perdas e danos. Mas é preciso ver se o pedido foi formulado claramente. Se foi feito pedido de indenização, é preciso saber o que se indenizará, é preciso saber se houve atos que



desencadeiem indenização; por exemplo, se foi destruída uma casa. Não um pedido de indenização impreciso, de tal forma que o réu não possa dele se defender e formar o contraditório e o juiz não possa demarcar os fatos e conduzir a prova. Tem-se de fazer esclarecer muito bem esse elemento fático com os fundamentos jurídicos do pedido.

### 17. *Delimitação da área*

Com relação à delimitação da área, está no Código de Processo que o juiz deve proferir sentença que obste o uso indevido da jurisdição. Se as partes tentarem usar da jurisdição para prejudicar terceiros, o juiz deve proferir sentença que frustre esse intento. Isto está no art. 129.

Essa sentença será de que natureza? O juiz julgará com base em quê? Ele vai obstar o intento de simulação das partes, vai reconhecer que falta legítimo interesse de agir. E o que é legítimo interesse? É a imprescindibilidade da tutela jurisdicional do Estado. Se estiverem usando o processo simplesmente para fim simulado, estará havendo falta de legítimo interesse. Deve o juiz prevenir ou reprimir a tentativa.

No art. 125, III, do CPC, vê-se que o juiz não é o salvador de todas as situações de injustiça que existem no mundo, mas é incumbido de fazer justiça nos casos que lhe chegam às mãos. Se há uso do processo por dois litigantes simulando conflito fundiário entre si para levar o juiz a expedir mandado em prejuízo de terceiros, esse uso é atentatório à dignidade da Justiça e deverá ser reprimido pelo juiz.

### 18. *Área pedida e área provada*

Deve ser feita distinção clara entre área pedida e área provada. Área pedida é diferente de área provada. A parte pede uma determinada área e a liminar será apreciada com relação a essa área pedida. Posteriormente, vai haver o andamento do processo para se chegar ao que é a área provada, que poderá ser diferente da área pedida. Por exemplo, se o processo foi utilizado para buscar área maior do que a da turbacão ou esbulho, o autor não conseguirá provar a posse dessa área, de maneira que a área provada vai ser diferente da área pedida. O provimento será dado em menor extensão.

Cito um caso real: tive uma questão possessória referente a uma área que fica perto da Anchieta. Foi pedida uma possessória grande, cuja área ia da Anchieta até o Caminho do Mar. Ação complicada, aterrorizadora até pelo nome do local, chamado de Sítio das Caveiras. Examinei a petição inicial para o despacho sobre os pedidos de liminar, pois recebi esse processo logo que assumi a jurisdição e já havia reintegração na posse, movida por uns, havia manutenção na posse requerida por outros e havia embargos de terceiros. Já havia sido feita audiência pelo colega que estava na jurisdição antes de eu assumir. Analisei a inicial e vi que havia casas derrubadas, fotografias de pessoas acampadas, com armas na mão, que se supunha terem acabado de derrubar as casas; havia fotografias de áreas queimadas, não se sabendo, entretanto, em que pedaços da vasta área que ia da Via Anchieta à Estrada Velha de Santos.

Ora, era complicado concluir ou ter certeza de que nessa área não houvesse caseiros, clareiras, outras casas, outras cabanas, simplesmente porque destruíram algumas. Não podia concluir pela inexistência de mais pessoas na área. Não havia perícia, nenhum perito havia corrido tudo aquilo, fazendo levantamento



do local, para ver se não havia mais ninguém na enorme área. Em suma, se fosse dada essa liminar na extensão pedida na inicial, provavelmente ela estaria prejudicando terceiros, de forma que o que concedi foi uma liminar localizada, assim: fica reintegrado o autor na posse da área que se vê na fotografia de folhas tantas, no canto esquerdo, limitada entre a cerca que se vê em cima e a bananeira que se vê embaixo, de tal forma que se instale ali o caseiro tal. E expliquei que, se desse ato de posse localizada se inferisse posse no tocante aos demais pontos da área, isso seria reconhecido ao final e não naquele momento prévio. Deixei claro que essa discussão ficava reservada para todo o decorrer do processo.

A consequência, sabem qual foi? Todos desistiram de tudo: o autor desistiu, a ré, que pleiteava manutenção na posse desistiu e até o terceiro embargante desistiu. Todos desistiram e julguei extinto o processo. Era aparentemente uma tentativa de processo simulado, tentativa de, por intermédio da jurisdição, obter área maior na região.

### 19. *Citação das partes*

Liminar pressupõe identificação das partes. Na identificação das partes é preciso tomar cuidado com alguns elementos indicativos de onde estão as pessoas ditas em lugar incerto ou não sabido. A indicação de réu em lugar incerto ou não sabido vai levar à citação por edital e a citação por edital impõe cautela. Já se cometeram muitas ilegalidades e já se prejudicou muita gente com base nas citações por edital.

É claro que não se vai fazer da localização pessoal do réu um incidente que seja fator de atraso do processo, porque o juiz também joga com outros elementos de segurança. Se ele conceder a liminar, provavelmente o réu se mexerá, se estiver ocultando-se, de modo que há ocasiões em que a concessão da liminar equivale a uma citação, como ocorre, p. ex. na sustação de protesto. Nunca mandei citar o requerido na sustação de protesto embora, pelo Código de Processo, devesse. Mas para que citar? A sustação de protesto vale por chamamento ao processo. Quando o requerido vir que o título não foi protestado vai correr ao Juízo e intervirá no processo. Se não intervier, aguarda-se propositura da ação principal em 30 dias e nela se determina a citação.

Assim também a liminar possessória pode ser instrumento eficaz para descobrir o réu que esteja furtando-se à citação. Nada como uma liminar para desentocar pessoa que se esconde, porque aí ela se mexe. Mas é preciso tomar cuidado para não permitir que o processo ande à custa de um ajuizamento fictício no tocante à pessoa do réu ou do endereço do réu, porque o chamamento por edital poderá ser instrumento de não chamamento efetivo de quem deva ser citado.

### 20. *Liminar em esbulho violento*

A liminar é restabelecimento da situação anterior. No aspecto processual a liminar em questões possessórias é como a pena de talião: "Olho por olho, dente por dente". Esbulho violento tem de receber liminar. Não se vai condescender com quem atue injustamente, ou ignorando a existência do Poder Judiciário, faça injustiça ou justiça pelas próprias mãos. Todos têm de invocar o Poder Judiciário. O esbulho violento, pondo gente para correr na calada da noite, com expulsão de caseiros, muitas vezes mediante auxílio ilegal de policiais mancomunados ou jagunços, merece liminar mesmo.



Nos demais casos é preciso ver se se trata de colocar o autor em posição que possa sustentar-se até o final do processo. Não é capital, para a concessão da liminar contra o esbulho violento, antever se o autor vai ganhar a ação. Para o esbulho não violento não se pode ignorar a antevisão da plausibilidade de o autor ganhar a ação. Por exemplo, comodato: se a posse provier de comodato e estiver provada a rescisão do comodato pela notificação, o esbulho terá se configurado pela transmutação da natureza jurídica da posse. De lícita, arrimada em contrato, passará a injusta, a mera detenção, pela infringência da obrigação de devolver. Não devolvida, não há violência, mas há ilegalidade e se tem certeza de que o autor vai ganhar. Concede-se, então, a liminar; não se vai encompridar inutilmente o processo.

As liminares são um jogo de antevisão. É nas liminares que se conhece o bom juiz. No jogo de antevisão o juiz tem de antever, sabendo todos os riscos que não estão expostos. Liminar é medida de prudência. Mas prudência não deve ser confundida com omissão da liminar. A prudência às vezes implica determinar realização de audiência de justificação da posse. Mas a designação indiscriminada de audiência de justificação da posse não significa prudência; significa falta de discernimento, falta de convicção ou simplesmente temor das consequências. Não confundam juiz prudente com juiz tímido na condução do processo. São coisas completamente diferentes. Assim como são diferentes o juiz humano e o juiz bonzinho, que no crime distribui preconceituosamente benefícios por princípio, como se fosse direito seu devolver delinquentes perigosos à liberdade, para a comunidade padecer os malefícios da fatal reincidência. O juiz humano não será o juiz bonzinho, assim como juiz prudente não será o juiz tímido. Ambos negam justiça, equiparando-se ao oposto, ao condenador por princípio ou ao punidor ferrabrás.

## 21. Audiência de justificação de posse

Na apreciação de liminares, prefiro não realizar audiência de justificação de posse. Sempre que possível, não a determino. Se houver no processo elementos que possibilitem concluir pela concessão da liminar e pela convicção de que ela não será desastrosa, eu a determino. Sou propenso a com ela cortar a possibilidade de procrastinação, além de não acrescentar audiências prescindíveis à pauta da Vara.

E, se em alguns casos a realização de audiências pode ajudar o aprofundamento de prova, em outros a não realização também ajudará. Não se terá depois de discutir se a prova da justificação da liminar era contraditória com a prova principal ou não. Muitas discussões se evitam de plano, rapidamente. Mas, sendo o caso, como geralmente o é no esbulho violento, deve-se prontamente realizar a audiência de justificação.

## 22. A manutenção do statu quo

A liminar deve restabelecer ou deve manter o *statu quo*, que é o de antes da existência do processo, antes da luta. Restabelecer significa manter o *statu quo* anterior, fazer uma trégua, até que o juiz possa inteirar-se do caso e decidir com segurança.

Isso deve nortear a liminar; deve encaminhar as partes para uma situação em torno da qual o juiz tenha controle, sabendo que, daquele jeito, estarão



preservadas para discussão final as contendas que ela possa vir a trazer. A liminar, embora seja uma medida de justiça, justiça muitas vezes até punitiva contra quem esbulhou, tem de ser uma medida de equidistância entre as partes, pois vai restabelecer o equilíbrio entre elas, se possível com base em mapas, croquis, fotografias, elementos seguros, como no caso que expus. Localizem as liminares, que assim se evitarão problemas.

### 23. *Mapas e croquis no cumprimento das liminares*

No cumprimento das liminares é preciso tomar cuidado com mapas ou croquis elaborados no cumprimento. Os advogados pegam o oficial de justiça pelo braço e saem fazendo mapas. É melhor o oficial pegar o mandado e devolver cumprido, ainda que depois isso traga discussões a respeito do que foi cumprido. Não deve ficar ao oficial de justiça a decisão; ele pode fazer um mapa em torno do que cumpriu, mas não se pode erigir esse mapa em indevida perícia.

### 24. *A cisão da liminar*

É possível cindir a liminar. Às vezes não se têm todos os elementos para deferir a liminar, mas há uma situação de emergência. Não se pode decidir daquela maneira, é preciso realizar a justificação da posse, mas vem a alegação de que os tratores estão no local no momento, prontos para derrubar o imóvel daqui a duas horas, estão começando a trabalhar! É possível nesses casos cindir a liminar, expedindo um mandado para que quem esteja trabalhando pare e aguarde a decisão posterior do juiz, após a vinda de mais elementos aos autos, ou mesmo após a conclusão dos autos para leitura tranqüila fora do burburinho da sala de audiências.

O que não se pode é fazer a cisão a esmo da liminar. As hipóteses são raras, mas existem.

### 25. *Chamamento das partes*

Passado o momento da liminar, vêm as partes ao processo.

Elas têm de ser citadas, no caso de haver justificação, antes da realização da audiência. No Código anterior era o contrário. No Código atual já aconteceu de se proclamar a nulidade do processo se a justificação se realizou antes da citação das partes (RT 474/172 e 507/186; RJT/SP 54/191; JTACivSP 35/296). Deferida ou não a liminar, passa-se à citação das partes.

É preciso que o juiz acompanhe a rápida realização dessas diligências. A falta de diligência do autor no chamamento do réu ao processo é meio de procrastinar o feito, é uma forma de ele apostar no futuro; é um meio de ele tumultuar a região. O juiz pode ficar comprometido com a demora e cair na boca do povo da região, que vai ficar dizendo que ele mantém os processos possesórios parados — e quem vai saber o que mais estarão falando a respeito...

A citação deve ser dirigida pelo juiz, que deve apertar o autor. Quem ajuíza o processo tem de dar um jeito de fazê-lo andar.

### 26. *Processos incidentais*

Artigos de atentado! Aperta-se o autor, sob pena de extinção, não o deixando eternizar os atos de chamamento, porque se houver demora haverá, na certa, incidentes processuais complicados, como oposições, artigos de atentado e embargos de terceiros. Tive uma grande satisfação nas minhas jurisdições em



que houve questões de terras: não houve problemas com artigos de atentado, o que significa que os processos andaram razoavelmente depressa. O atentado se dá no caso de haver inovação fática no curso da demanda, especialmente devido as partes ficarem mudando divisas, porteiras e córregos. Tocar uma possessória significativa e chegar ao fim sem artigos de atentado significa êxito na boa condução processual do caso.

### 27. *Despachos com resumos*

O saneamento nas possessórias deve ser realizado com mais cuidado do que o normal. A cada instante é preciso verificar o processo, examinar o que nele está ocorrendo.

Nas possessórias em que várias pessoas são envolvidas, em que há denúncia da lide, em que há vários réus, vários autores, convém que cada despacho seja uma espécie de saneador. Não no sentido técnico-processual, mas no de ser uma limpeza e um resumo do processo, dos seus dados seguros.

Vocês já estão trabalhando na jurisdição e certamente já receberam processos em que há vários réus, processos cuja complexidade para o saneamento é a verificação a respeito de todos os réus terem sido citados. E provavelmente vocês já terão percebido como é trabalhoso examinar com segurança as representações e as citações em processos com pluralidade de partes e de intervenientes.

É interessante o juiz fazer referências prévias no despacho resumindo o que ocorreu antes no feito, mais ou menos assim: "Vistos, a) A ação é movida contra Fulano, Cicrano e Beltrano; b) Foram citados: Fulano às fls. e Beltrano às fls. ao passo que Cicrano está em lugar incerto, conforme certidão de fls.; c) Foram publicados editais de citação com relação a Cicrano, conforme fls. 11". E assim por diante.

Esse resumo fica nos autos, de modo que com ele não se terá, a cada novo manuseio do processo, de reorganizar novamente a situação das partes.

Muitos juízes antigos faziam uma ficha de cada ação, na qual lançavam anotações atualizadas. Era conhecido, nesse aspecto, quando titular da 1.ª Vara da Família e Sucessões, o Prof. Washington de Barros Monteiro, que chegava para as audiências com ficha do processo contendo tudo o que interessava, inclusive a pesquisa necessária. Isso lhe permitia sentenciar quase que invariavelmente em audiência, sem improvisação, entretanto.

Atualmente se torna difícil, em alguns casos realmente impossível, manter controle dos processos por fichas, embora se saiba de alguns juízes que assim controlam os casos mais complexos. Mas é possível colaborar para que um processo difícil ande bem, deixando nele despachos com resumos, para que sempre se tenha um controle documentado que faça prescindir de verificações posteriores. De certa forma esse sistema será até melhor do que o de anotações em fichas, pois, ficando o escrito no processo, será fatalmente lido por todos quantos com ele lidarem, inclusive os futuros Magistrados que passarem pela jurisdição, os quais, no sistema de fichas, não as teriam para manuseio porque levadas pelo ex-juiz do feito.

Daí por que, no saneamento, deve-se fazer um resumo. Não só nas questões de terras, mas também em outras questões complicadas, como prestação de contas, usucapiões, falências, concordatas e outros casos. É preciso fazer um resumo de tudo o que ocorreu nos autos anteriormente, com a necessária anotação dos números de folhas para facilidade de localização.



## 28. *Harmonização dos processos conexos*

É também muito importante harmonizar todos os processos conexos com as ações posteriores, para que andem em turma, levando-os a ponto em que todos se encaixem no saneamento.

Reintegração, manutenção, embargos de terceiros, artigos de atentado, seqüestro, isso tudo só anda com segurança se for agrupado em um pacote amarrado. É preciso levar todos esses processos a uma determinada situação em que todos possam receber o saneamento, com a determinação de perícia, ou possam ter audiência designada. E daí se prosseguirá num só processo principal, que, sempre excluídos os cautelares, geralmente é o da primeira possessória.

É preciso tomar muito cuidado ao processar e ao julgar esses processos. Toda vez que eles vêm à conclusão, por exemplo, é necessário ler todos, porque em algum deles pode haver algum fato de interesse para a situação de outros. E pode haver ocasiões em que se tenha de julgar separadamente um desses processos, mas, nesse caso, será imprescindível ter a maior certeza de que a sentença será confirmada no caso de recurso. A mais absoluta certeza, mesmo. Veja-se o caso de extinção de um processo conexo: se for julgado extinto um processo de embargos de terceiro o embargante sairá da relação processual conexa, daquele pacote de processos e, depois, se obtiver reforma da sentença que julgou extinto o processo de embargos, o andamento de todos os demais processos terá de voltar à estaca anterior para colocar aqueles embargos e o terceiro embargante no volume, começando tudo de novo, eventualmente com a anulação de andamento experimentado pelos outros processos.

## 29. *Exclusões do feito*

Na dúvida, é melhor ir juntando pacotes de ações possessórias para num só momento julgar todos. Assim todos apelarão do que quiserem.

O mesmo ocorre no tocante ao afastamento de alguém da relação processual. Deve-se, em princípio, manter no feito quem tiver sido a ele trazido, só devendo haver exclusão no caso de absoluta segurança de que a exclusão será mantida no caso de recurso.

Alguns casos são críticos, como da ação movida contra o advogado que esteja tentando acertar os problemas referentes à área. Ele pode vir a ser apontado como réu na possessória. O advogado evidentemente se torna indignado, diz que não tem pessoalmente nada que ver com o caso, que é mero mandatário, procurador. Mas já se viram casos em que, por prudência, não foi possível afastar ninguém do processo, nem o advogado, pois há casos em que no início não se sabe se houve simples exercício da advocacia, ou se nele o advogado se excedeu, tornando-se um esbulhador autônomo de um pedaço localizado de chão.

O mesmo ocorre com caseiros, administradores, prepostos em geral. A regra é sempre a mesma: na dúvida, todos permanecem no processo, até a decisão final.

## 30. *O enigma da legitimidade de parte*

Não sei se vocês já meditaram nesse fenômeno curioso que rege a legitimidade das partes. Há uma charada, um enigma processual da maior relevância, em razão do qual o juiz tem, no saneador, de dizer se as partes são legítimas, para que nele se profira sentença, que deverá ser proferida entre partes legítimas. Mas só essa sentença é que, produzindo a coisa julgada, determinará a



legitimidade da parte, porque o que estabelece quais são as partes legítimas são os limites subjetivos da coisa julgada.

É parte legítima para estar no processo, em última análise, quem deverá ser atingido pela coisa julgada. Mas só sabemos quem é atingido, a rigor, depois que a sentença transita em julgado e, curiosamente, temos de dizer antes, no saneador quem é parte legítima. É um autêntico trabalho de estratégia, de antevisão, é uma charada processual.

Resolvemos esse enigma com segurança sempre por um caminho: só devemos afastar alguém da relação processual, no saneador, se tivermos a mais absoluta e incontrovertida certeza da ilegitimidade de sua permanência. À menor incerteza é melhor mantê-lo na relação processual, porque não sabemos por quantas andanças o processo vai passar até chegar à sentença, o que vai acontecer na audiência, na perícia, como o Tribunal vai orientar-se a respeito. É melhor manter, no caso da mais leve dúvida.

### 31. Nomeação de perito

Na nomeação de perito deve-se ter, além das cautelas normais relativas à idoneidade, o cuidado com algumas coisas: primeiro, que seja perito tocador de perícia, perito que faz as coisas com definição e garra, desses que vão para o mato e andam mesmo, com disposição. O perito tem de andar em trilhas, entrar em rios, cortar capoeiras.

Não se pode nomear perito que nunca tenha trabalhado na espécie de perícia e que só queira fazer perícias sem sujar as roupas no mato, salvo se se tiver certeza de que, a despeito de a pessoa ter a aparência de um dândi citadino, irá mesmo fazer o trabalho.

O que importa é pôr um perito que realmente vá lá; um profissional decidido e rápido.

### 32. Necessidade de correr a área e o perímetro

Deve-se determinar ao perito que corra o perímetro, ande por toda a área indicada.

O perito tem de ser instruído, verbalmente, se o juiz o conhecer e puder lhe dar instruções não escritas, ou nos autos, no caso de haver somente uma passagem efêmera do juiz pela comarca, ou de o juiz não conhecer o perito, ou de não ter oportunidade de falar com ele. O juiz tem de determinar ao perito que corra toda a área, que corra o perímetro todo que consta na inicial, que ande na área para ver se há mais alguém lá dentro, porque isso vai ajudar muito o juiz a proferir julgamento seguro.

### 33. Solução processo por processo

Quem cair numa dessas comarcas com muitos problemas fundiários não imagine fazer milagres por atacado.

Temos colegas que têm o fascínio de resolver questões por portarias. Questões possessórias não se resolvem por portarias, provimentos, por nada milagroso que prescindia de trabalho nos processos. Aconselhamento, reuniões, nada disso resolve. Questões possessórias se resolvem julgando os processos existentes. Só o tempo, com o julgamento de todos os processos, é que vai resolvê-las.

Assim foi limpa a região de Rio Preto, hoje em dia uma área tranqüila. No entanto, no final da década de 50, um notável Juiz, o Dr. Lauro Lucchesi,



chegou a chamá-la de “matriz do “grilo” de terras no Estado” (RT 276/256). A região foi se ajustando graças à permanência de grandes juízes na região. Lembro-me das palavras do ex-Juiz de Votuporanga, Dr. Paulo Emílio Andrade de Vilhena, a quem tanto prezo como preceptor de meu ingresso na Magistratura, explicando que buscou acertar a região com o silencioso trabalho de ir julgando os processos. E nesses julgamentos, evidentemente, no caso de dúvida, fez prestigiada a posse, deixando de lado títulos desses que são apresentados na televisão para provar a propriedade desde as capitânias hereditárias como se a posse de mais de 20 anos não fulminasse todos os papéis hereditários, ainda que remontantes ao selo de El-Rei.

Não imaginem limpar a jurisdição possessória por soluções mágicas, sem julgar um a um os processos, como, por exemplo, por portarias. Às vezes vêm dessas portarias à Corregedoria ou à Presidência. O Tribunal recebe as portarias, algumas boas, outras não, mas quem estiver vendo a solução nessas portarias terá vã ilusão. Estará agindo com inexperiência, deslumbrado em torno dos problemas da região. É preciso trabalhar, julgar processo por processo.

#### 34. *Depósito de honorários periciais*

Como em toda perícia, é necessário arbitrar os honorários do perito e mandar depositá-los antes de o perito ser intimado para fornecer o laudo. Se queremos ter perícias isentas, temos de arbitrar os honorários antes e mandar depositá-los em conta com correção monetária, de forma que o perito vá levantar valor corrigido, porque o arbitramento nós o fazemos no momento determinado, não fazemos para dali a um ano, um ano ou mais; arbitramos para aquele momento. Quer dizer: a correção monetária pertence ao perito, que deveria ter recebido naquele momento do arbitramento.

Os honorários devem ser arbitrados em definitivo. Essa idéia de arbitrar honorários pela metade, para mim, com o maior respeito, significa duplicar o problema. Todo arbitramento é despacho menos simples, pois temos de verificar nele muitas coisas. E depois temos que mandar duas vezes intimar o responsável para depositar os honorários que forem fixados em duas etapas.

É bom arbitrar razoavelmente e mandar fazer o depósito. Se não depositados os honorários, intima-se o responsável sob a combinação de extinção de processo ou de perda de prova. Se não cumpre essa determinação, isso significa que o processo ou a prova não eram tão importantes ou tão sérios ou não sei o quê. Mas, de qualquer forma, quer dizer que não se pode permitir que um processo inviável fique “chocando”, andando na jurisdição, ocupando espaço na prateleira, formando pilhas de acervo que envergonhe o Judiciário.

#### 35. *Recebimento de honorários nos autos*

O perito deve ser instruído para, nas questões acirradas, receber nos autos. Assim deve ser o procedimento nas possessórias.

Sempre me empenhei muito com os peritos que trabalham comigo, no sentido de que recebam nos autos, por ofício de levantamento. Nem mesmo o recebimento direto do advogado, mediante recibo particular, geralmente feito com a maior lisura, sem nenhuma suspeita, nem mesmo esse sistema deve ser encorajado nas possessórias. Preferível que o perito receba nos autos. Mantém-se imagem de equidistância, sem o perito ter de ficar procurando o advogado.



### 36. *Valor probatório da perícia*

Fala-se que a perícia é de menor valor nas ações possessórias. Realmente é, para alguns aspectos da posse. Pode não ter valor nenhum, mas pode ter, dependendo do caso. Para uma questão possessória meramente documental pode não ter importância. Mas a perícia tem valia, sempre, para determinar a área e para determinar quem está na área. Para isso sim, sempre tem valia.

### 37. *O perímetro em usucapiões e retificações de área*

Já que falei de correr o perímetro, não se sentenciam também usucapião rural e retificação de área sem designar um perito para correr o perímetro, ainda que todos no processo digam que estão de acordo com o pedido.

É a garantia do juiz de que não estão sendo criadas clareiras, para depois abocanhar área maior do que a real. É preciso fazer correr o perímetro. Esses foram alguns dos problemas que surgiram em algumas comarcas nossas, infelizmente com peritos mancomunados com interessados.

### 38. *A tranqüilidade na perícia*

Já disse que, se for colocado o processo na perícia, secam os incidentes, parece milagre.

Ninguém levanta mais questões, todos se esquecem do juiz e ficam preocupados com o perito. Podemos, então, fazer o processo caminhar.

Posto na perícia, temos de pressionar o perito para apresentar o laudo depressa. É ele que pode resolver a questão, ninguém mais. A luta que temos é para por o processo na perícia, depois de passada aquela fase mais nervosa da apreciação da liminar.

### 39. *Designação de audiência*

Oferecido o laudo, a primeira coisa que se tem de fazer é designar audiência de instrução e julgamento, sem nem mesmo mandar dizer sobre o laudo. Chama-se o laudo à conclusão ou, se já se conhece o processo, no próprio laudo se designa a audiência de instrução e julgamento.

Designação de audiência de instrução e julgamento é sempre um despacho mais comprido, pelo meu sistema, devido à cautela de explicitar para as partes que têm de trazer as suas críticas sobre o laudo no prazo de 10 dias, antecedentes à audiência, sob pena de o processo ser julgado sem elas.

É despacho mais comprido. Também arbitro os honorários do assistente técnico, se não os tiver arbitrado em despacho anterior. Arbitro em 2/3 dos honorários do perito em todos os casos independentemente das dissensões existentes a respeito desse percentual.

### 40. *Não intimação de assistentes técnicos*

Uma vez oferecido o laudo, designa-se audiência, e já se alertam as partes de que elas têm prazo para as críticas dos assistentes técnicos.

Nunca se deve intimar um assistente técnico por mandado; só se for para devolver autos. E nesse caso não deve ser apenas um mandado de intimação para devolver autos. É coisa muito séria. Deve ser intimação para devolver os autos no prazo de tantas horas, sob pena de busca e apreensão que já se processará no mesmo mandado, para não se fazer jogo de empurra. Não se pode permitir que ele diga ao oficial que vai ao cartório devolver depois. É preciso que o



oficial vá lá, entre, pegue os autos e os entregue ao cartório. Se os autos estiverem com o advogado, este deve ser intimado antes, pelo jornal. Fora disso, o mandado sai e é cumprido.

#### 41. *Devolução de autos*

Obter a devolução dos autos é questão de insistência do juiz.

Nas comarcas com jurisdição sobre acidentes do trabalho que assumi havia muitos processos fora do cartório. Tranqüilamente fiz publicar a cobrança no jornal. Houve muitos advogados que devolveram autos, outros não; então saíram os mandados de busca e apreensão, em que dei outro despacho dizendo que aguardaria por 10 dias, sob pena de mandar cópias para a Polícia para instauração de inquérito pelo extravio de documento público.

Se o advogado será condenado ou não naquela figura delituosa, não quero saber nesse momento; mando para a Polícia e depois ele se defenderá.

Houve muita discussão, muitos argumentos, como de dizer que tinham passado os autos para o perito, que os tinham entregue ao advogado do INPS etc. Sustentei que fossem buscar o processo com aquele a quem o confiaram. Todos devolveram. É claro que aí entra uma série de aspectos, mas o advogado tem de saber que, se foi ele quem tirou os autos a ele incumbe devolvê-los.

Assim também com o perito, porque o perito é um auxiliar de confiança do juiz, ele não pode trair essa confiança. O advogado é independente do juiz, tem outro tribunal que o julga, o da OAB, mas perito quem julga é o juiz nos autos.

#### 42. *Depoimento pessoal*

É bom determinar de ofício o depoimento pessoal das partes. O depoimento pessoal pode resolver a demanda e fica fácil para o juiz julgar se o próprio depoente fornecer elementos à parte contrária. Fica bem para o próprio advogado que perde a demanda. O juiz se sente mais liberto com relação ao advogado e à parte, evitam-se constrangimentos. Se a própria parte resvala o pé e frustra sua posição, fica muito mais confortável para o juiz, que pode dizer que a própria parte assim declarou. É muito mais fácil, embora dê o trabalho de tomar o depoimento pessoal. Marcar depoimento pessoal é uma boa diretriz processual.

#### 43. *Críticas de assistentes*

Quando se quer processo célere não se aguardam críticas dos assistentes para designar e não se manda o perito dizer sobre críticas dos assistentes. Realiza-se a audiência, encerra-se a instrução e leva-se o processo para casa para dar a sentença. Se depois houver necessidade converte-se o julgamento em diligência.

Pode-se até mandar o perito judicial dizer sobre a crítica dos assistentes, e vice-versa, para complementação do laudo, enfocando, p. ex., uma questão de indenização que ele não tenha analisado no laudo pericial. Pode-se mandar complementar depois, permitindo que todos se manifestem, mas é necessário encerrar a instrução. Todos sabem, assim, que o juiz vai dar a sentença, que o processo está sob o controle dele; e para a própria vida judiciária também é um controle maior, porque se sabe que o juiz tem um processo vinculado.

Nós sabemos os processos a que estamos vinculados; quando vim promovido para São Paulo, tinha lista de todos os processos vinculados de São Bernardo; quando vim para o Gabinete da Presidência, tinha uma relação do que eu



tinha na 1.<sup>a</sup> Vara da Família. Esse é um controle muito importante no sistema judiciário.

#### 44. *Tentativas de adiamento de audiência*

É preciso tomar muito cuidado; a tentativa de adiamento pode vir de maneira mais estranha possível. Tive uma possessória em que, na hora em que abri a audiência — audiência de possessória se abre depressa, é a garantia para o juiz, de que no momento em que ele formaliza a audiência está atalhando mais algumas chicanas que podem surgir em cinco a 10 minutos — abri a audiência na hora certa e daí a coisa de cinco minutos veio um advogado com oposição.

Ora, a oposição suspenderia o processo. A situação ficou complicada. Se recebesse a oposição simplesmente para processar eu teria de suspender a audiência; por outro lado, para afastar de plano aquela oposição era difícil porque seria necessário indeferir a inicial e indeferimento de inicial é uma sentença, toma mais tempo. Por outro lado, nunca se sabe se um oponente terá alguma importância em participar de processo.

A solução que acabei encontrando foi despachar consignando que a oposição fora manifestada no momento em que estava aberta a audiência, de maneira que reservei a sua apreciação para após a realização da audiência. Não disse se a recebia ou não. Mas, como o oponente estava presente, permiti que seu advogado tomasse parte na audiência principal. Despachei depressa e fiz o advogado tomar a ciência, de modo que resolveu participar da audiência e fez reperguntas.

Encerrada a audiência, vieram os autos conclusos com a oposição apensada. Aí pude proferir uma sentença só para todas as possessórias que existiam e nesse caso formavam 11 volumes, inclusive para a oposição, indeferindo a inicial, tranqüilamente. Estava tudo colocado no mesmo pacote, quem quisesse que apelasse para obter apreciação do Tribunal.

Por que pude fazer isto? Porque conhecia essa possessória e acreditava que a oposição vinha com o intuito de procrastinar a demanda.

#### 45. *Não interrupção de audiência*

Deve-se reservar lugar na pauta para começar e terminar audiência de possessória no mesmo dia.

As vezes é impossível realizar num só dia, mas em princípio é bom não cindir audiência nenhuma, principalmente as audiências mais complicadas, para as quais reservamos um dia na vida pensando mais ou menos assim: hoje fico por conta de tal processo e do seu padecimento!

Como fazia na minha jurisdição, um dia só para a indústria automobilística, as concessionárias das fábricas. Era um sofrimento, luta o dia todo, todos se debatiam o mais que podiam, compareciam e esmiuçavam tudo, queriam saber de tudo, das oficinas mecânicas, quantos parafusos havia nos laudos do perito; eram problemas de toda espécie, era uma loucura! Assim se faz com audiência de cada possessória pesada. Reserva-se um dia na vida para tomar conta só daquilo.

#### 46. *Conhecimento do processo*

É necessário ir para a audiência sabendo tudo sobre todo o processo, com algumas anotações sobre as questões principais que poderão ser levantadas, em notas que não sejam de fácil entendimento se caírem nas mãos de um estranho.





Tenho uma boa maneira para não permitir que ninguém entenda essas anotações quando estão em cima da mesa: escrevo com a minha letra sem capricho, de modo que ninguém vai entender. Faço a minha audiência sem ficar escondendo aquele papel.

O Prof. Antônio Chaves, ao que se diz, era taquígrafo e, quando juiz, fazia anotações em taquigrafia. Consta que um dia houve reclamação, porque numa capa de processo havia ele feito estudos do caso, alguns lembretes para ele mesmo, por taquigrafia, e a parte quis saber o que estava escrito. Há muitas maneiras de anotar. . .

#### 47. *Citações na sentença*

Doutrina e jurisprudência não são o mais importante. O relevante mesmo são os elementos fáticos.

É importante saber a doutrina e a jurisprudência para se conduzir, para saber o que perguntar, para saber o que enfocar, para não cair em armadilhas, mas isso não é importante como obra de construção jurisdicional.

Pode-se eventualmente fazer uma citação ou outra, que não sejam dessas citações clássicas de Lafayette e Clóvis, daquelas que todos sabem de cor. Não se vai em sentença lecionar possessória e reivindicatória para ninguém. Não se pode pegar a doutrina sobre possessória desde o tempo de Savigny; não se vai buscar nada nos sabinianos e proculianos para isto.

A sentença analisa fatos. Aqui está: analisa fatos; tem de analisar fatos. A sentença da possessória deve ser, em princípio, uma sentença que possa ser entendida pelas pessoas que litigam, não apenas pelos advogados. Tem de ser entendida pelo fulano que está na área, pelo caseiro, pelo seu Benedito. Eles têm de saber, pelo menos, por que o processo foi julgado de um jeito e não de outro.

Analisam-se fatos, precipuamente. Sempre levei isso até ao capricho de não citar juristas nas possessórias, de propósito. Nunca citei ninguém em possessória. E nunca tive nenhuma sentença de possessória, usucapião, ações de terras em geral, reformada, nem mesmo quanto a honorários.

#### 48. *Análise dos fatos*

É claro que não se tem que impor princípio, que saiba a capricho, como eu acabei me impondo. É preciso realmente verificar os fatos, quais são os fatos, os fatos que demonstrem posse, os fatos que mostrem fixação na área, distinguindo muito bem os fatos intermitentes, fatos que não têm importância como demonstração de posse; o fato de alguém eventualmente ingressar na área e passar por lá, isso é fato intermitente, sem efeito possessório.

Os fatos que caracterizam, p. ex., destinação econômica, são fatos sérios para indicação da posse, tais como exploração agrícola, exploração por olaria, exploração para criações.

Alguns fatos são muito claros, como porteiras. Tem de haver alguma porteira no local. De modo geral há cercas, mourões velhos, córregos que não sejam efêmeros ou que não sejam desviáveis.

São fatos importantes para delimitação os caminhos de carroça, que se distinguem dos caminhos de pneus, de andar a pé ou de animais. Há toda uma terminologia a respeito do assunto: caminho de pneu, significa que passavam



carros, caminhões. Há o caminho de carroça, caminho de água, caminho de trilha. É preciso verificar isso.

Em algumas regiões as possessórias se decidem pelos pontos de leite, esses pontos de leite para colocar os latões, nas servidões de passagem. É importante saber tudo isto, para evitar conclusões erradas. São também importantes as construções, evidentemente, e registros de nascimento de filhos desses proprietários ou filhos dos caseiros, de quem tenha morado lá, trabalhado lá. Pode-se com isso identificar que fulano trabalhava lá, nasceu lá, houve por intermédio dele atos que induzem posse.

Cuidado com as vegetações nativas! As nativas não são de ninguém, mas as plantas são. Plantações efêmeras são uma tortura para o juiz, como as bananeiras; as bananeiras surgiram como alegação, em certas épocas em muitos processos, mas são plantas que podem ser usadas como instrumento de grilagem, porque rápidas e porque pode ser alegado que sejam culturas antigas renovadas.

Fotografias gerais da área às vezes não indicam muita solução, mas muitas vezes são lançadas no processo e podem ajudar.

Valas, marcas, podem ser, podem decidir a questão, mas é preciso ter uma certa cautela quanto a elas, porque já são um pouco diferentes de uma construção.

#### 49. Áreas inundadas

É preciso muito cuidado com as áreas inundadas ou áreas inundáveis. Aqui em São Paulo, na Zona Leste, houve uma série de questões possessórias por causa do Tietê. O Tietê viveu muito tempo passando de um lado para outro, até ser retificado, de maneira que ciclicamente existiam questões referentes a álveo abandonado, instituto jurídico aparentemente pertencente apenas à doutrina.

Há casos também de áreas inundadas. Tive uma ação complicada que derivou de fatos ocorridos na formação da Represa Billings do ABC. Quando esta se formou, a água não foi obediente como os engenheiros ingleses haviam previsto, de forma que, em vez de ir para o lado determinado, foi para o outro, deixando inundada área que não havia sido indenizada. Um proprietário alegava que tinha ocorrido compensação, pois, como a água em vez de ir para um lado ocupou a área dele, essa terra do lado de cá passara a ser dele, mas quem estava com a posse era aquele que devia ter a área inundada. A ação acabou juntando vários institutos jurídicos, versando até mesmo sobre águas dormentes.

Essas questões são de complexidade natural. É preciso tomar muito cuidado ao lidar com institutos sutis como esses que elas encerram.

#### 50. Áreas encravadas

É necessária muita atenção no julgamento de casos complicados de terras a fim de não tornar encravadas algumas áreas.

Às vezes não haverá outra solução, mas, naquela possibilidade que o juiz tem às vezes de fazer o processo caminhar para um lado ou para outro, deve-se tomar cuidado para não deixar áreas encravadas, futuros focos de litígio que podem ser evitados.

#### 51. Dispositivo da sentença de vários processos

É bom julgar todos os processos apensados, fazer um relatório de todos, procurando simplificar, na medida do possível, para dar uma sentença para todos.





E no dispositivo sempre se deve fazer referência a cada um dos processos e às suas partes, assim: “Ante o exposto a) julgo procedente a ação de reintegração na posse movida por Fulano contra Beltrano, determinando tal coisa; b) julgo improcedente a ação de manutenção movida por Beltrano contra Fulano... etc.”.

Às vezes será necessário repetir o nome das partes nas divisões do dispositivo, para deixar bem claro o que ficou julgado com relação a quem, num trabalho lógico de harmonização que sintetize todo o decidido e permitia paz à coisa julgada.

Devem ser julgados também os processos acessórios, destacadamente, como os de seqüestro, atentado, embargos de terceiro etc., dizendo o que ocorrerá com eles após o trânsito em julgado. É preciso julgar e dar o desfecho para evitar dúvidas.

#### 52. *Juízo duplice*

No dispositivo da sentença é necessário tomar especial cuidado com alguns fenômenos típicos das possessórias. Um deles é o juízo duplice.

Na possessória o réu que contesta faz-se autor. Pontes de Miranda diz que é a “ação metida na contestação”. Isso está no art. 922 do CPC e vem da tradição do Direito.

Para as regras comuns da doutrina processual o fenômeno seria herético, não fosse tão importante na própria história do processo, porque a contestação afasta a possibilidade da reconvenção em situação típica do cabimento dela.

Não cabe reconvenção na possessória, por não haver necessidade e por não ser juridicamente compatível com o processo possessório. Não há necessidade de reconvenção por causa da existência de juízo duplice.

Mas deve ser bem explícito o desfecho da contestação inclusive no que diz respeito aos efeitos do caráter duplice. Diante disso o dispositivo da sentença é realmente comprido, um dispositivo alentado, que não há jeito de evitar. Não se pode decidir deixando implícito; seria uma temeridade. Vocês verão, trabalhando nas possessórias, a quantidade de discussões em torno daquilo que o juiz não explicitou no dispositivo e teria deixado implícito. É grande a quantidade de casos.

#### 53. *Subsistência ou cassação da liminar*

Na sentença de possessória é preciso explicitar como fica a liminar, se subsiste ou não, se está cassada ou não. A liminar tem que ser enfocada, se foi concedida.

#### 54. *Benfeitorias*

Também tem de ser explicitado o que acontece com as benfeitorias.

As benfeitorias regem-se pela boa-fé, que deve ser procurada pacientemente à luz dos fatos. Invoca-se, às vezes, presunções, como a de perder as benfeitorias quem perdeu a ação, porque a resistência injusta na questão principal contaminaria, em princípio, a boa-fé na secundária. Mas é imprescindível, antes de decidir com base em presunções, esgotar a possibilidade de extrair a convicção das provas.

De qualquer maneira, é necessário explicar como ficam as benfeitorias; se ficam para o autor ou para o réu; se o autor tem de indenizá-las ou não. E explicar se há direito de retenção.



### 55. *Execução de sentença*

A execução da sentença implica alguns problemas relativos ao tipo de mandado. Vocês devem pesquisar na jurisprudência para ver o tipo de mandado que devem expedir no caso concreto.

Há uma boa quantidade de combinações. Por exemplo, na reintegração na posse, se julgada improcedente, é preciso cassar a liminar e expedir mandado de restituição, para restituir ao réu, de quem tinha sido tirada a posse. Na reintegração julgada procedente deve-se expedir mandado de reintegração na posse.

Isso se presta a razoável série de hipóteses. Diante do caso concreto, é preciso ver como se resolve a situação. E ver também em que momento se expede o mandado de reintegração, se desde já ou após o trânsito em julgado, ou se só após a indenização pelas benfeitorias. É preciso determinar muito claramente.

Tentei sistematizar o assunto e elaborei um quadro esquemático, que entreguei a vocês (v. anexo).

## III — Questões processuais

### 56. *Enfoque geral*

Vou fazer agora referências a algumas questões processuais enfocadas pela doutrina ou pela jurisprudência. Essa referência parece oportuna, embora tenha procurado fugir desse tipo de enfoque por achar que vocês já conhecem suficientemente o assunto, básico no concurso de ingresso, e por entender que, de qualquer forma, terão de aprofundá-lo nos casos concretos.

Vamos ver algumas dessas questões.

### 57. *Intervenção da mulher*

Prevalece a regra de que a mulher tem de intervir nas possessórias propriamente imobiliárias tanto a do autor como a do réu, em razão da regra do art. 10 do CPC. Theotonio Negrão, em nota ao art. 10, cita vários acórdãos nesse sentido. Mas o mesmo comentador esclarece que não cabe a intervenção da mulher nos casos de posse em razão de contratos como locação, comodato e depósito, a menos que o contrato confira direito real, como o compromisso de compra e venda registrado, salvo se marido e mulher figuram no contrato; nesse caso serão sempre partes na ação. O autor tem de vir com a mulher, na inicial; se não vier, manda-se emendar a inicial para vir. E se não foi movida a ação contra a esposa do réu, também se deve mandar emendar a inicial para que se mova.

Nesse ponto deve funcionar uma das regras estratégicas de segurança na marcha processual. Se há divergência na jurisprudência, deve-se optar pelo sentido que torne mais seguro o processo para nós, profissionais incumbidos de fazer o processo andar até o fim; esse sentido será o de mandar trazer os cônjuges. Assim se atenderá sempre às diretrizes jurisprudenciais. Não há nenhum julgado anulando processo devido à presença da mulher em caso em que seria desnecessária. . .

### 58. *Denúnciação da lide*

São cabíveis as várias hipóteses do art. 70 do CPC, ns. I a III.

Uma observação prática é importante: não se preocupem em definir com rigor a espécie de denúnciação no momento em que manifestada, pois geralmente a qualidade jurídica só se planteia um pouco depois.





Defiram, simplesmente, a citação e reservem o aprofundamento técnico da qualidade da denúncia para depois. Será melhor do que trancar o andamento do processo em torno de incidente difícil. O denunciado é que dirá seus fundamentos e, estabelecido o contraditório, será mais fácil e seguro decidir.

Evidentemente deve ser bem examinado o deferimento da denúncia, no tocante a pretensões abusivas, de caráter puramente protelatório. Nesses casos deve-se agir com rigor, com pronto indeferimento.

#### 59. *Reconvenção*

Entende-se que é desnecessária, devido ao caráter dúplice da ação possessória, inclusive de manutenção da posse, de modo que não cabe reconvenção em ação possessória (RT 495/233, 503/106, 494/152).

Não se admite reconvenção, ademais, para o réu pleitear usucapião (RT 503/106) ou indenização que, também, deve ser matéria de contestação, ante o disposto no art. 930.

#### 60. *Oposição*

É tranqüilamente admitida. A oposição é pretensão de mérito, questão de fundo, visa à exclusão de autor e réu, o que acontece muito em demandas possessórias.

Merece relevo a oposição referente a questão de domínio, matéria que pode estar sendo discutida na possessória, nos termos do art. 505 do CC e da interpretação da Súmula 487 do STF que diz: "Será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada".

Sendo possível a discussão de domínio e sendo a oposição típico instrumento de pretensão dominical, poderá ela ser manifestada em ação possessória. Cuidado, no entanto, com a aceitação descuidada de oposição, pois esse processo, surgindo tardiamente, pode atrasar o andamento da possessória para o julgamento conjunto, de modo que pode se prestar à chicana.

#### 61. *Embargos de terceiro*

Também são admitidos tranqüilamente; são correntios na prática e não há controvérsia. Visam a evitar o esbulho ou a turbação decorrentes de medidas possessórias, entre os quais a liminar, cuja concessão descuidada pode gerar embargos de terceiro. Daí as cautelas na liminar serem importantes, para o processo não criar filhotes sob a forma dos embargos de terceiro.

A distinção entre embargos de terceiro e oposição encerra sutileza, mas é segura, nos termos em que com a notória clareza prática, observado o rigor técnico, explicou Theotonio Negrão em nota ao art. 56: o embargante não se opõe às partes, como o opoente; apenas visa à volta a seu domínio ou posse de bem que tenha sido judicialmente apreendido (RT 506/145, JTACivSP 49/116).

#### 62. *Usucapião*

Não pode ser pleiteado em possessória porque há procedimento especial para a pretensão, com desenvolvimento peculiar, impondo a citação de pessoas que não são citadas para as possessórias, como as Fazendas e os terceiros incertos ou desconhecidos.

Não pode também o usucapião ser pleiteado em reconvenção (RT 503/106).





### 63. *Exceção de domínio*

Essa é uma questão séria e bem jurisprudencial. Na prática, o que se infere do art. 505 do CC e da Súmula 787 do STF é que não se podem cercear as alegações de domínio, fundadas em títulos, nas possessórias típicas. O cerceamento, sobretudo na prova, pode gerar nulidade, de modo que, na dúvida, o melhor é tolerar a discussão de domínio no decorrer do processo, para só na sentença a definir, afastando-a, se for o caso.

Por outro lado, geralmente a discussão de domínio não traz prejuízo para o andamento do processo. Mas se produzir choque de títulos e requerimentos de perícia em títulos, necessitará de maior atenção, resolvendo-se, em regra, pela prudência de não deferir precipitadamente o incidente da realização sempre dificultosa.

Lembre-se que não é admissível a ação de domínio enquanto pender possessória, de acordo com o art. 923. A exceção de domínio, no entanto, não é essa ação vedada, de modo que se admite. Mas em termos menos amplos e necessariamente breves, até mesmo para não impor suspensão muito demorada à propositura da ação autônoma de domínio.

A exceção de domínio pode tornar as possessórias, que, segundo o art. 920, já são fungíveis entre si, mais ou menos fungíveis com as reivindicatórias.

A exceção de domínio está entre as possessórias e as reivindicatórias porque nela se permite discutir os títulos. O alerta necessário é, diante da exceção de domínio, não julgar a posse contra quem evidentemente tiver a propriedade. Isso está na Súmula do STF. Não será deferida a posse a quem evidentemente não pertencer o domínio (Súmula 487).

### 64. *Incidentes de falsidade*

Já que estamos falando em domínio e incidentes, lembrando problemas de títulos, tomem cuidado ao deferir incidente de falsidade.

Em possessórias, de modo geral, ele não é necessário. Raramente será necessário incidente de falsidade em possessória porque a possessória vai discutir o fato da posse e os vestígios. Só será imprescindível o incidente de falsidade se o fato estiver provado por documento, mas geralmente o que se quer discutir no incidente de falsidade são os títulos, as escrituras, as transcrições, e isso normalmente é desnecessário, salvo se se tratar de títulos ou documentos novos e houver discussão de domínio.

Um bom conselho é não deferir facilmente o incidente, mas reservar a matéria para apreciação posterior, por ocasião da sentença. Despacha-se relegando o exame para final e o confronto dos documentos provavelmente levará à conclusão segura, sem que se realize incidente de falsidade, que sempre atrasa o processo.

### 65. *Férias forenses*

As possessórias não correm nas férias, mas correm as medidas cautelares incidentes, entre as quais o pedido de liminar.

É o que está no art. 174, que manda praticar nas férias forenses os atos necessários à conservação de direitos que possam ser prejudicados pelo adiamento. A jurisprudência já se manifestou nesse sentido (RT 505/85 e RJTJSP 49/197).





### 66. *Valor da causa*

É aproximadamente o do valor fiscal do imóvel, mas um pouco menos que ele (RT 479/95, JTACivSP 40/194), o que entende facilmente, pois a posse, como um dos direitos componentes do direito de propriedade, é logicamente menor do que este; o valor dela é menor que o valor da propriedade.

Se a possessória for ligada a rescisão contratual, o valor será o do contrato (RT 500/94).

### 67. *Recurso de liminar*

É tranqüilo que cabe recurso da concessão ou negação da liminar.

Esse recurso é o agravo de instrumento (RT 480/174, 482/109, 490/99, 495/195, RJTJSP 52/250).

### 68. *Cassação da liminar*

A cassação pode se dar a qualquer momento no processo, no andamento ou na sentença (RT 487/158, RJTJSP 36/198). Se extinto o processo sem julgamento de mérito, perde ele efeito (RJTJSP 49/125).

Realmente o juiz pode cassar a liminar, mas é bom que pense muito ao concedê-la, para que não venha a cassá-la posteriormente, porque a cassação da liminar geralmente cria instabilidade na marcha processual.

Também pode ser revigorada se o réu não a está respeitando (RT 474/99). Mas é bom também não usar dessa faculdade. É bom não ficar interferindo na realidade fática no decorrer do processo, ainda que se perceba uma ligeira assintonia do comando provisório com os fatos. É bom levar a questão adiante, para dizer tudo na sentença definitiva e então interferir decisivamente na realidade.

### 69. *Procedimento sumaríssimo*

Às vezes se ajuizam possessórias referentes a imóveis pelo sumaríssimo. Isso não cabe nunca, nem por causa do valor da causa, nem do comodato (art. 275, I e II, "b"). Possessória é um procedimento especial e o sumaríssimo é procedimento comum, de modo que a regra da especialidade afasta o geral (RT 498/169).

Cabe, entretanto, possessória pelo procedimento sumaríssimo referente a móveis, com base no art. 275, II, "a", do CPC.

### 70. *Contestação antes da justificação*

Às vezes, assim que o réu é citado, já contesta. Há várias posturas diante disso. Há juízes que mandam desentranhar por intempestiva a contestação, outros mandam ficar nos autos. Mas já se decidiu pela possibilidade de oferecimento (RT 495/82, RJTJSP 49/109), de modo que não a mando desentranhar, como, aliás, não mando desentranhar nada, do mesmo modo que não mando riscar ofensas. Por princípio, só mando desentranhar se não for dos autos. Se está destinado àqueles autos, mando ficar neles, inclusive com as ofensas que tiver, porque acho que as ofensas são uma vergonha para quem as escreveu, vão deixar vestígios nos autos; inclusive se essa pessoa entrar em outra briga, podem ir buscar nos autos e mostrar, dizendo que se trata de briguento...

Voltando à contestação: é melhor aceitar a contestação oferecida antes do tempo, declarando que se considerará apresentada no prazo da contestação, depois de apreciado o requerimento de liminar, admitindo-se, também, o aditamento que



porventura seja manifestado em aludido prazo. É um tipo de conduta na direção do processo que evita problemas incidentais complicados.

#### 71. *Citação para justificação*

Pelo sistema de Código atual, é necessária, sob pena de nulidade (RT 474/172, 507/186, RJT/SP 54/191, JTACivSP 35/296). No Código de 1939 não era assim. A citação ocorria depois da justificação.

Disso decorre a vantagem de apreciar a liminar na própria audiência de justificação, pois nela já se intimam as partes nos termos do art. 930.

#### 72. *Possessórias contra o poder público*

É importante atentar à regra do art. 928, parágrafo único, do CPC. Não pode ser deferida manutenção ou reintegração liminar contra as pessoas jurídicas de direito público sem que seus representantes judiciais tenham sido previamente ouvidos.

A nulidade fatalmente ocorrerá, se desrespeitada essa regra, embora haja caso em que essa ouvida não foi necessária (RJT/SP 59/220).

### IV — Encerramento

#### 73. *Não atrasar processos*

É isso que eu diria a vocês sobre o procedimento de ações possessórias, evitando ao máximo o ponto-de-vista teórico e procurando trazer algumas considerações a respeito da conduta judicial.

Chegando ao final destas observações, poderia resumir o objetivo que as norteou em poucas palavras: praticidade e celeridade. O andamento processual, especialmente nos casos de maior expressão como as graves questões de terras, exige andamento célere, que só se obtém com a praticidade.

Recordo, com a licença de vocês, as palavras de Rui Barbosa, tão importantes que nunca é demais repetir, a despeito de já estarem incluídas no “Burriinho” \* para leitura no início da carreira: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta... Não sejas, pois, desses magistrados, nas mãos de quem os autos penam como almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato” (*Oração aos Moços*, ed. Casa de Rui Barbosa, 1956, pp. 63 e 64).

Não atrasar. Ser conhecedor, aplicado, estudioso, para trabalhar com facilidade e pôr rapidamente ao fim relevante litígio possessório. É isso que se espera do juiz.

#### 74. *Papel social do juiz*

Espera-se isso do juiz. É esse o seu dever. Em matéria típica de atuação social, como as questões de terras, para a qual afluem teóricos e práticos de toda a gama de ciências sociais, a atuação social do juiz está, antes de mais nada, em trabalhar com afinco nos processos, julgando-os, fazendo valer a justiça como homem bom e justo.

\* *Modelos de Despachos e Sentenças*, organizado pelo autor desta palestra, publicação do Tribunal de Justiça de São Paulo, com várias edições.



## ESQUEMA DE DESFECHO DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

NAT. AÇÃO	LIMINAR	DESFECHO	DISPOSITIVO	MANDADO
REINTEGRAÇÃO NA POSSE	CONCEDIDA	PROCEDENTE	Tornar definitiva a reintegração liminar.	Desnecessário mandado. Tornar definitiva a liminar, na sentença.
REINTEGRAÇÃO NA POSSE	CONCEDIDA	IMPROCEDENTE	Revogar a liminar.	Expedir mandado de restituição ao réu.
REINTEGRAÇÃO NA POSSE	NEGADA	PROCEDENTE	Determinar a reintegração do autor na posse.	Expedir mandado de reintegração do autor na posse.
REINTEGRAÇÃO NA POSSE	NEGADA	IMPROCEDENTE	Nenhuma alusão à liminar.	Não há mandado a expedir.
MANUTENÇÃO NA POSSE	CONCEDIDA	PROCEDENTE	Tornar definitiva a manutenção liminar.	Desnecessário mandado. Tornar definitiva a liminar, na sentença.
MANUTENÇÃO NA POSSE	CONCEDIDA	IMPROCEDENTE	Revogar a liminar.	Expedir mandado de manutenção do réu na posse.
MANUTENÇÃO NA POSSE	NEGADA	PROCEDENTE	Determinar a manutenção do autor na posse.	Expedir mandado de manutenção do autor na posse.
MANUTENÇÃO NA POSSE	NEGADA	IMPROCEDENTE	Nenhuma alusão à liminar.	Não há mandado a expedir.
INTERDITO PROIBITÓRIO	CONCEDIDA	PROCEDENTE	Tornar definitivo o preceito liminar e alterar a pena para o caso de transgressão.	Em regra, desnecessário mandado; declarar definitivo o preceito na sentença. Expedir, contudo, mandado, se a sentença alterar a pena fixada na liminar.
INTERDITO PROIBITÓRIO	CONCEDIDA	IMPROCEDENTE	Revogar o preceito liminar e a pena fixada para o caso de transgressão.	Desnecessário mandado. Tornar clara na sentença a revogação do preceito liminar e da pena.
INTERDITO PROIBITÓRIO	NEGADA	PROCEDENTE	Determinar a proibição e fixar pena para o caso de transgressão do preceito.	Expedir mandado proibitório, cominando pena para o caso de transgressão do preceito.
INTERDITO PROIBITÓRIO	NEGADA	IMPROCEDENTE	Nenhuma alusão a liminar.	Não há mandado a expedir.





O juiz não deve se iludir: jamais desempenhará papel social sério e profícuo se não estiver com os processos em dia, em andamento célere, atendendo ao reclamo de prestação jurisdicional rápida em prol da sociedade. Se fizer mais do que isso, tanto melhor; se fizer muito sem isso, não terá, na verdade, feito nada, por mais que se iluda com o cortejamento da notoriedade, obra geralmente de fachada sem alicerces, à moda da demagogia política, incompatível com as obrigações decorrentes da função jurisdicional.

Platão anotou na *República* que a justiça está em cada um dos componentes da sociedade exercer corretamente sua função. Isso só já é justiça, já é atuação social. No caso do juiz, será a atuação social típica, que ninguém poderá realizar em lugar dele, de forma que, se não a fizer, deixará lacuna de serviço na comunidade de jurisdicionados que lhe foi confiada. É uma curiosa peculiaridade do trabalho judiciário, esta de a função social básica do juiz não se exercer “em sociedade”, mas, ao contrário, nos autos, trabalho quase que sempre solitário, tendo como interlocutora, companheira, correligionária e fiscal somente a própria consciência!

Agradeço a vocês por terem me ouvido. Sejam felizes, produzindo o bem, por intermédio do serviço judiciário.

#### OBSERVAÇÕES:

1. Em favor do autor podem ser decididas questões cumuladas ou incidentes, como:
  - a) indenização (art. 921, I, do CPC);
  - b) pena para o caso de novo esbulho ou turbação (art. 921, II);
  - c) desfazimento de construção ou plantação (art. 921, III);
  - d) anulação de transcrição em decorrência de exceção de domínio (art. 505 do CC);
  - e) perda de benfeitorias de má-fé, feitas pelo réu (art. 517 do CC), e fixação do termo inicial da má-fé.
2. Em favor do réu também podem ser decididas outras questões, como as seguintes:
  - a) direito à indenização por frutos percebidos (art. 510 do CC);
  - b) direito de retenção por benfeitorias ou acessões (art. 516 do CC) etc.
3. As questões cumuladas ou conseqüentes devem ser explicitamente decididas. Deve também ser explicitada a forma de execução e o momento de ela se realizar (p. ex.: o mandado de reintegração somente será cumprido após a indenização pelas benfeitorias de boa-fé).

